



WWF

DOSSIÊ BRASIL

2017

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO SOB RISCO

OFENSIVA CONTRA ÁREAS PROTEGIDAS
ABRANGE UMA ÁREA QUASE DO TAMANHO DE PORTUGAL

GRILAGEM
DE TERRAS E
MINERAÇÃO
SÃO OS VETORES
DO DESMANCHE

O Brasil vive uma ofensiva sem precedentes às áreas protegidas. Pressões para desfazer ou diminuir o tamanho ou o status de proteção de Unidades de Conservação promovidas por integrantes da base parlamentar do governo Michel Temer e com forte lobby dos setores ruralista e de mineração têm encontrado espaço para prosperar, com o apoio do Palácio do Planalto. A ameaça paira sobre cerca de 10% do território das unidades de conservação federais, numa estimativa conservadora. Ofensiva contra as áreas protegidas vai de Norte a Sul do país e envolve uma área de cerca de 80 mil de quilômetros quadrados, quase o tamanho do território de Portugal.

O conflito de interesses não é novo. De um lado, estão produtores rurais que ocupam irregularmente ou gostariam de ocupar essas áreas protegidas, empresas de mineração ou grileiros de terras públicas. De outro, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que colocou o Brasil ao final da década passada na posição de líder mundial em extensão de áreas protegidas. Na medida em que um dos lados ganha mais força, o impacto nas áreas protegidas pode resultar em mais desmatamento da Amazônia, com prejuízo às metas brasileiras para a redução das emissões de gases de efeito estufa na Convenção do Clima das Nações Unidas, além de implicar o desmonte do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) e ameaçar o cumprimento dos compromissos assumidos pelo na Convenção da Diversidade Biológica (CDB).



O potencial do estrago é enorme. Basta dizer que um dos projetos em tramitação no Congresso Nacional, o PL 3751, torna caducos todos os atos de criação de unidades de conservação cujos proprietários privados não foram indenizados no período de cinco anos. Para se ter uma ideia do impacto dessa proposta, o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) calculou em 56 mil quilômetros quadrados a extensão de terras privadas ainda não indenizadas no interior de UCs federais, mas o número poderia chegar a 100 mil quilômetros quadrados, segundo o próprio instituto. Caso aprovada, a proposta representaria o desaparecimento de aproximadamente 10% das áreas protegidas em UCs federais no país, que somavam, em agosto passado, 788 mil quilômetros quadrados.

A proposta apresentada pelo deputado Toninho Pinheiro (PP-MG) em 2015 também impede a criação de novas UCs sem “prévia e justa” indenização em dinheiro e é apenas um dos projetos que tramitam no Congresso, exemplares do fenômeno que a literatura acadêmica trata como PADDD (do inglês Protected Area Downgrading, Downsizing and Degazettement).

A ofensiva contra as UCs vem ganhando fôlego desde dezembro do ano passado, a partir da publicação de medidas provisórias pelo presidente Temer. O alvo principal era a Floresta Nacional do Jamanxin, criada para conter o desmatamento na região da BR-163, no Pará. A exposição de motivos assinada pelo ministro do Meio Ambiente, José Sarney, chamava a atenção para a alta taxa de desmatamento ilegal na Flona Jamanxim, problema atribuído aos conflitos fundiários remanescentes e à atividade garimpeira ilegal na região de grande potencial aurífero na Bacia do Tapajós. Outra medida provisória editada no mesmo dia tinha como justificativa a passagem de uma ferrovia para transporte de grãos. A Flona Jamanxim perdia ali 57% de seu território, que deixavam de ser protegidos ou passavam a ser menos protegidos, com a liberação de atividade econômica. Mas o estrago ficaria bem maior no Congresso.

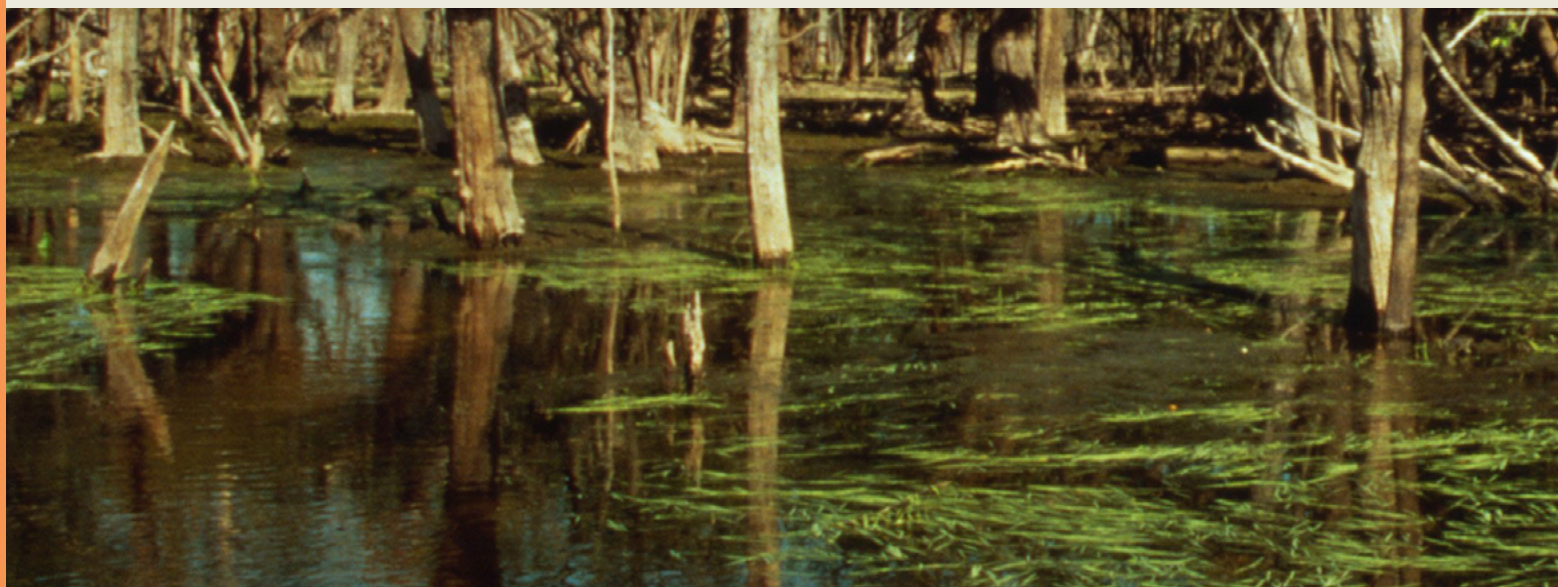


TABELA CONSOLIDADA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

TIPO / CATEGORIA	ESFERA							
	FEDERAL		ESTADUAL		MUNICIPAL		TOTAL	
	Nº	Área (km²)	Nº	Área (km²)	Nº	Área (km²)	Nº	Área (km²)
PROTEÇÃO INTEGRAL								
Estação Ecológica	32	74.746	61	47.596	3	10	96	122.351
Monumento Natural	3	443	29	906	11	73	43	1.421
Parque Nacional / Estadual / Municipal	73	262.965	205	94.177	117	391	395	357.533
Refúgio de Vida Silvestre	7	2.017	30	1.783	3	66	40	3.867
Reserva Biológica	31	42.628	23	13.447	8	51	62	56.126
Total Proteção Integral	146	382.799	348	157.907	142	590	636	541.296
USO SUSTENTÁVEL								
	Nº	Área (km²)	Nº	Área (km²)	Nº	Área (km²)	Nº	Área (km²)
Floresta Nacional / Estadual / Municipal	67	178.223	39	135.908	0	0	106	314.120
Reserva Extrativista	62	124.714	28	19.896	0	0	90	144.610
Reserva De Desenvolvimento Sustentável	2	1.026	30	110.950	5	176	37	112.153
Reserva De Fauna	0	0	0	0	0	0	0	0
Área De Proteção Ambiental	33	101.669	188	336.360	81	25.980	302	464.008
Área De Relevante Interesse Ecológico	16	431	25	451	9	138	50	1.020
RPPN	634	4.831	173	709	1	0	808	5.540
Total Uso Sustentável	814	410.893	483	604.274	96	26.294	1.393	1.041.462
Total Geral	960	793.692	831	762.182	238	26.884	2.029	1.582.758
Área Considerando Superposição Mapeada	960	788.555	831	755.891	238	26.854	2.029	1.544.833

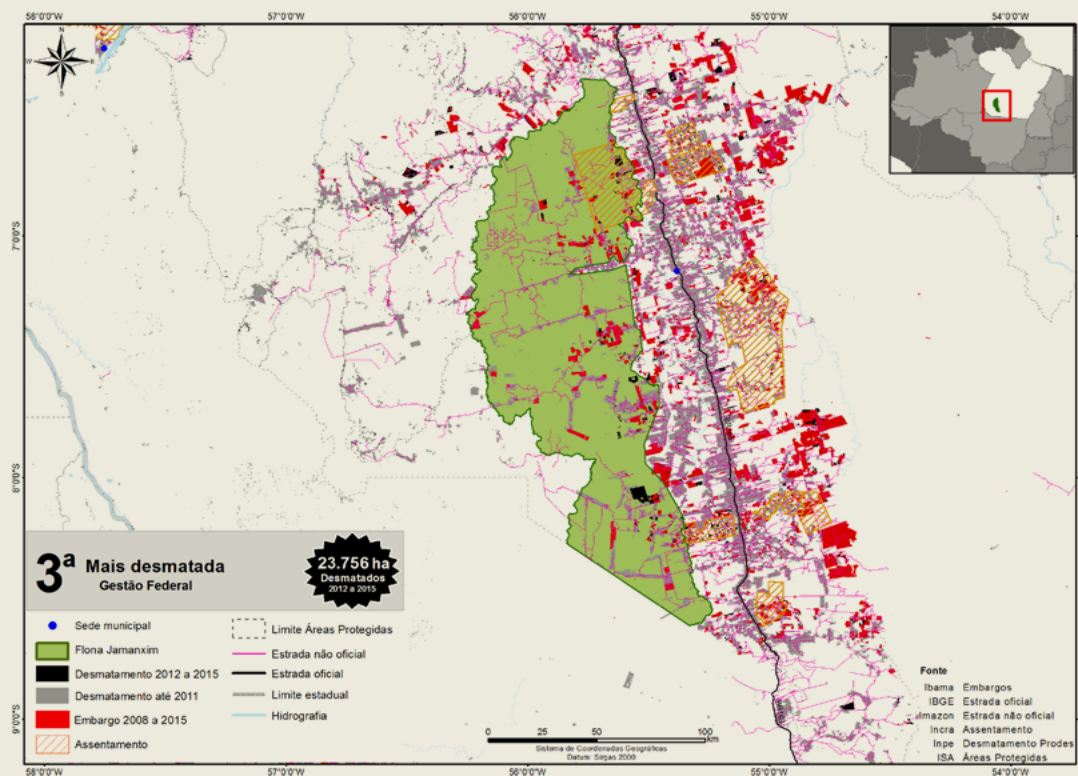
Fonte: CNUC/MMA www.mma.gov.br/cadastro_uc (Atualizada em 09/08/2016)

* A UC que não tem informação georeferenciada disponível é utilizada a área do ato legal para o cálculo de área.

** Os dados do CNUC estão em constante atualização. Ao utiliza-los sempre citar a data.



RIO TAPAJÓS. PARÁ, BRAZIL © MICHEL ROGGO / WWF



Fonte: Imazon

Estudo do Imazon (Unidades de Conservação mais Desmatadas da Amazônia Legal – 2012/2015) revelou que a Floresta Nacional do Jamanxim, no Pará, foi a Unidade de Conservação federal mais desmatada da Amazônia entre 2012 e 2015. Região é alvo de interesses contrários ao meio ambiente que querem reduzir, recategorizar e extinguir áreas protegidas, abrindo caminho para o desmatamento.



© WWF-BRASIL / ADRIANO GAMBARINI

Antes, no início de fevereiro, um grupo de parlamentares da bancada do Amazonas recebeu aceno favorável do ministro Eliseu Padilha (Casa Civil) de que o Planalto encamparia proposta de mudança em UCs no Estado, que compromete onde tem 10 mil km² atualmente protegidos. O lobby tem como alvo a extinção ou redução de cinco unidades de conservação criadas em 2016, em áreas previamente regularizadas do ponto de vista fundiário: a Reserva Biológica Manicoré, o Parque Nacional de Acari, a Floresta Nacional de Aripuanã a Floresta Nacional de Urupadi e a Área de Proteção Ambiental Campos de Manicoré.

Em abril, comissões especiais do Congresso Nacional alteraram as medidas provisórias editadas por Temer em dezembro, ampliando o tamanho do dano ambiental, 10 mil km² que deixam de ser protegidos. O avanço contra as UCs no Pará foi comemorado no plenário pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), uma espécie de ícone da luta contra as UCs no Congresso. O resultado das votações, a ser confirmado pelo plenário antes de ir à sanção presidencial, “oferece oportunidade aos produtores rurais de regularizarem suas áreas e atividades produtivas”.

Documentos a que o WWF teve acesso mostram que o ataque às áreas protegidas já havia ganhado aliados dentro do próprio governo. Em nota técnica, o Ministério de Minas e Energia endossa interesses dos mineradores de ouro que atuam na região do Tapajós e sobretudo da empresa Brazauro Recursos Minerais, subsidiária da Eldorado Gold, com sede no Canadá. A nota alega que a empresa havia investido US\$ 76 milhões no projeto “Tocantizinho”, onde planeja investir mais de meio bilhão de dólares. O MME contabilizou ainda dezenas de autorizações e de pesquisa e permissões de lavra garimpeira, que teriam de ser ressarcidos por conta da alteração de limites das UCs proposta pelo governo, além de mais de 250 requerimentos de lavra garimpeira na região.



“É necessário reafirmar que todos os investimentos da Eldorado Gold, são oriundos de capital externo, e dentro de preceitos legais. A inviabilização do projeto provocará uma grande insegurança jurídica, que se contrapõe à política de atração de investimentos necessários à retomada do crescimento econômico do país, em especial da atividade mineral. A reação do mercado internacional à edição das MP 756/2016 e 758/2016 foi extremamente negativa, demonstrada por uma queda expressiva na cotação da empresa nas bolsas de Toronto e Nova York. por fim, Destaca-se que a concessão de lavra do Projeto “Tocantinzinho” poderá representar uma mudança nos paradigmas em uma região onde o garimpo representa a forma usual de exploração mineral”, afirma nota do MME.

Além de a ampliação do Parque Nacional do Rio Novo ter sido barrada pelo Congresso, o ICMBio calcula que a Floresta Nacional do Jamanxim perca quase 8.150 km² de seu território com base nas propostas aprovadas nas comissões. A perda para a biodiversidade também é grande na alteração dos limites da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo, que protegem nascentes de rios que formam as bacias do Xingu e do Tapajós. O ICMBio se posicionou contra as mudanças aprovadas no Congresso e chama a atenção para os compromissos assumidos no Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), que apoia a gestão de UCs na Amazônia, com aportes de recursos externos.

“O programa foi criado com o objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e proteger 60 milhões de hectares na região amazônica. A aplicação do recurso está atrelada ao cumprimento de uma série de compromissos do Governo Brasileiro com o Programa e seus doadores. Uma das condições essenciais para o atendimento dos objetivos do programa é a inexistência de perda líquida de unidade de conservação que envolve, dentre outros aspectos, a perda de cobertura de área total protegida. Assim, as desafetações, recategorizações e alterações de limites de unidades de conservação apoiadas pelo ARPA constantes nas propostas em questão, descumprem claramente um dos compromissos do Governo brasileiro com Programa ARPA, podendo afetar as ações de desembolso”, sustenta o ICMBio em análise do texto aprovado pelas comissões do Congresso.

O avanço contra as UCs nas votações de abril extrapolou os limites da Amazônia e alcançou até o Parque Nacional de São Joaquim, na região serrana de Santa Catarina, que teve seus limites alterados, por pressão de produtores rurais instalados na região. Trata-se de uma área de remanescentes de mata de araucária, importante na recarga de aquíferos, segundo o ICMBio. Na votação da Medida Provisória 756, o parque perdeu 20% ...de seu território, de 498 km².

O governo brasileiro já havia recorrido antes a Medidas Provisórias para alterar limites de Unidades de Conservação, tanto para abrir caminho à construção de hidrelétricas como para beneficiar ocupantes de áreas na Amazônia, que dá ao processo um rito acelerado.

O ataque às UCs da região da BR 163 tramitava no Congresso desde 2006. Dois projetos de lei, pelo menos, ainda tramitam para sustar os decretos de criação da Flona Jamanxim e das demais áreas protegidas dessa região, sem resultado até a edição das Medidas Provisórias de Temer.

Também em abril, em outro expediente apressado, a Assembleia Legislativa do Mato Grosso aprovou em primeira votação projeto que extingue o Parque Estadual Serra Ricardo Franco, uma área de proteção integral de mais de 1.580 km², criado há 20 anos. O pretexto apresentado pelos deputados foi o fato de a região estar bastante desmatada, não justificando a manutenção do status de área protegida. O Parque abriga fazendas do chefe da Casa Civil de Temer, Eliseu Padilha, que teve os bens bloqueados no final do ano passado pela Justiça do Mato Grosso por degradação ambiental. Sinal que de que a ofensiva às UCs não se limita às áreas federais.

REDUÇÃO DE TAMANHO, DO GRAU DE PROTEÇÃO OU SIMPLES DESCONSTITUIÇÃO

Estudo publicado em 2016 pela Biological Conservation compilou eventos de redução de tamanho, recategorização ou desafetação de Unidades de Conservação no Brasil entre 1900 e 2014. Os 67 eventos de PADDD envolviam uma área de 110 mil quilômetros quadrados e haviam se acelerado no final dos 2000. Tinham como principais justificativas a geração de energia elétrica ou assentamentos humanos. Outros mais de 70 mil quilômetros quadrados de áreas protegidas foram identificadas pelos pesquisadores como ameaçados de redução ou perda de status.

Outro estudo sobre o mesmo fenômeno, publicado dois anos antes, identificou 93 eventos de PADDD no Brasil entre 1981 e 2012, com aumento da incidência a partir de 2008, sobretudo em decorrência de obras de geração e transmissão de energia hidrelétrica na Amazônia. O artigo chamava a atenção para o fato de a redução das áreas protegidas ocorrer sem consulta à sociedade civil.

CLASSE 1	PESQUISA CIENTÍFICA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL	Desenvolvimento de pesquisa científica e de educação ambiental	Reserva biológica; estação ecológica
CLASSE 2	PESQUISA CIENTÍFICA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E VISITAÇÃO	Turismo em contato com a natureza	Parques nacionais e estaduais; reserva particular do patrimônio natural
CLASSE 3	PRODUÇÃO FLORESTAL, PESQUISA CIENTÍFICA E VISITAÇÃO	Produção florestal	Florestas nacionais e estaduais
CLASSE 4	EXTRATIVISMO, PESQUISA CIENTÍFICA E VISITAÇÃO	Extrativismo por populações tradicionais	Reservas extrativistas
CLASSE 5	AGRICULTURA DE BAIXO IMPACTO, PESQUISA CIENTÍFICA, VISITAÇÃO, PRODUÇÃO FLORESTAL E EXTRATIVISMO	Áreas públicas e privadas onde a produção agrícola e pecuária é compatibilizada com os objetivos da UC	Reserva de desenvolvimento sustentável; refúgio de vida silvestre; monumento natural
CLASSE 6	AGROPECUÁRIA, ATIVIDADE INDUSTRIAL, NÚCLEO POPULACIONAL URBANO E RURAL	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados a um ordenamento territorial sustentável	Área de proteção ambiental; área de relevante interesse ecológico

OFENSIVA AMEAÇA COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

A ofensiva contra as UCs põe em risco compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, das Nações Unidas. Uma das chamadas Metas de Aichi prevê que, até 2020, 17% das áreas terrestres e de águas continentais e 10% das áreas marinhas e costeiras devem ser conservados por meio de áreas protegidas. Essas áreas devem abrigar as regiões de maior importância para a biodiversidade e provisão de serviços ecossistêmicos.

Cerca de US\$ 215 milhões foram comprometidos por doadores internacionais, fundações e agências de cooperação multi e bilaterais para fazer do Arpa efetivamente o maior programa de conservação de florestas da história.



O avanço recente também ameaça o programa ARPA (Áreas Protegidas da Amazônia), de conservação e uso sustentável das florestas tropicais brasileiras. Esse programa foi criado pelo governo federal em 2002 com o objetivo de proteger a Amazônia por meio da expansão e da consolidação de unidades de conservação. O ARPA está sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente. A terceira fase do programa, que vai até 2039, tem como meta é consolidar 60 milhões de hectares de UCs tanto federais como estaduais na Amazônia.

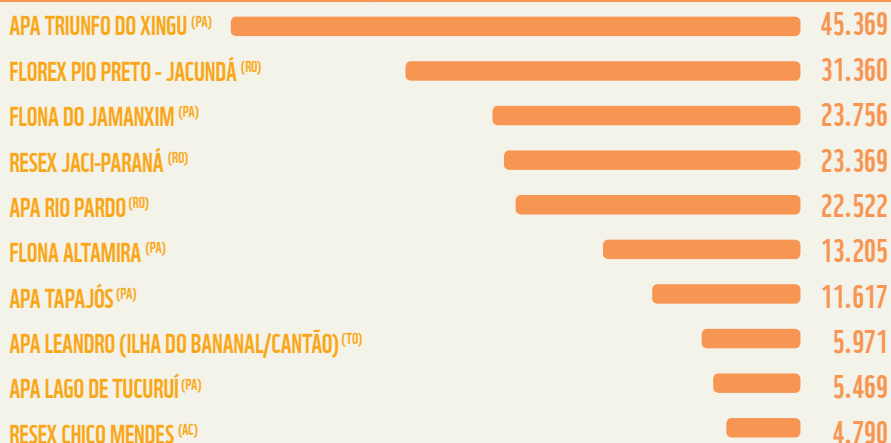
AUMENTO DO DESMATAMENTO, CAUSA E EFEITO DO AVANÇO CONTRA UCS

O abate de florestas dentro das Unidades de Conservação da Amazônia Legal alcançou quase 2.300 quilômetros quadrados em 2015, segundo levantamento do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), com base em dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Aumentaram não apenas a taxa de desmatamento nas áreas protegidas como o seu peso no corte de árvores total da região, que dobrou de 6% para 12% entre 2012 e 2015.

O desmatamento foi concentrado em 50 UCs localizadas na fronteira agropecuária ou estão sob influência de projetos de rodovias e hidrelétricas, por exemplo. O Imazon atribuiu o aumento do desmatamento a um movimento para reduzir o grau de proteção ou a área de algumas unidades. O entorno da BR-163 foi considerado a área mais sensível, e a Floresta Nacional do Jamanxin, a mais desmatada de todas as áreas protegidas. Só em 2015, Jamanxin perdeu mais de 90 quilômetros quadrados de floresta.

Entre as 10 UCs com maior desmatamento no período, a metade é Área de Proteção Ambiental (APA), categoria de área protegida com menor grau de proteção, na qual foi transformada uma parcela da Flona do Jamanxin. A APA estadual Triunfo do Xingu, no Pará, foi a que mais desmatou. Os pesquisadores alertaram que a redução de área das UCs ou do seu nível de proteção induzem a mais desmatamento.

ÁREA DESMATADA 2012-2015 (HECTARES)



Dez Unidades de Conservação concentraram cerca de 80% do total desmatado em UCs da Amazônia entre 2012 e 2015.
Fonte: Imazon

Referências

BRASIL. **Medida provisória 756, que altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental do Jamanxim.** Disponível aqui: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-756-16.pdf

BRASIL. **Medida provisória 758, que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental do Tapajós.** Disponível aqui: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Exm/Exm-MP-758-16.pdf

Projeto de Lei de Conversão da MP 756, disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/propostarintegra?codteor=1546189&filename=PLV+4/2017+MPV75616+%3D%3E+MPV+756/2016>

Projeto de Lei de Conversão da MP 758, disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1546203&filename=PLV+5/2017+MPV75816+%3D%3E+MPV+758/2016

BRASIL, MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Nota Técnica número 7/2017/DDSM/SG.**

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Cadastro Nacional de UCs, dados consolidados.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados>.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL. **Compensação em reserva legal abre mercado bilionário.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.observatorioflorestal.org.br/noticia/compensacao-em-reserva-legal-abre-mercado-bilionario>

PACK, Shalynn M. et al. **Protected Area Downgrading, Downsizing, and Degazettement (PADDD) in the Amazon, Biological Conservation**, 2016



© STAFFAN WIDSTRAND / WWF

Mais informações:

WWF-Brasil

SGCV lote 15, S/N. Salas 319 e 421 Ed. Jade Office,
Zona Industrial, Guarará. | 71 215-650 | Brasília, DF.

T: +55 61 3364 7400

F: +55 61 3364 7474



Por que estamos aqui

Para parar a degradação do ambiente natural do planeta e construir um futuro em que seres humanos vivam em harmonia com a natureza.

www.wwf.org.br